


AS NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS URBANAS DE JUIZ DE FORA FRENTE A FINANCEIRIZAÇÃO

THE NEW URBAN SPATIAL DYNAMICS OF
JUIZ DE FORA IN THE FACE OF FINANCIALIZATION

LAS NUEVAS DINÁMICAS ESPACIALES URBANAS
DE JUIZ DE FORA FRENTE A LA FINANCIARIZACIÓN

Telma Souza Chaves¹

 0009-0004-7853-8086

telmachaves@gmail.com

¹ Graduada em Licenciatura e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Especialista em Análise Ambiental pela UFJF; Mestre em Geografia Urbana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Membro Centro Humboldt. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7853-8086>. E-mail: telmachaves@gmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo não tem o objetivo de discutir o conceito de financeirização, mas sim, demonstrar o avanço das políticas de financiamento do espaço urbano de Juiz de Fora, criando assim, novas dinâmicas espaciais. Sabemos que a dinâmica da estrutura urbana muda de acordo com as necessidades da sociedade. Essas modificações são identificadas na intensificação da ocupação urbana, nas edificações e características físicas do território. A reprodução do espaço nos faz refletir e analisar a conexão da relação entre a produção do espaço urbano e sua financeirização. A partir das modificações recentes no espaço urbano construído em Juiz de Fora, podemos identificar alterações relevantes nas formas da atual gestão na condução das políticas públicas urbanas do município. Inserida em um contexto global pautado no processo de financeirização, a produção do espaço urbano passou a incorporar novos agentes e grupos voltados a valorização do capital através de investimentos.

Palavras-chave: Financeirização. Espaço urbano. Obras públicas.

ABSTRACT: This article is not intended to discuss the concept of financialization, but rather to demonstrate the advancement of financing policies for the urban space of Juiz de Fora, thus creating new spatial dynamics. We know that the dynamics of the urban structure changes according to the needs of society. These modifications are identified in the intensification of urban occupation, in the buildings and physical characteristics of the territory. The reproduction of space makes us reflect and analyze the connection between the production of urban space and its financialization. From the recent changes in the urban space built in Juiz de Fora, we can identify relevant changes in the current forms of management in the conduction of urban public policies in the municipality. Inserted in a global context based on the financialization process, the production of urban space began to incorporate new agents and groups aimed at capital appreciation through investments.

Keywords: Financialization. Urban space. Public works.

RESUMEN: Este artículo no pretende discutir el concepto de financiarización, pero si, demostrar el avance de las políticas de financiación del espacio urbano de Juiz de Fora, creando así nuevas dinámicas espaciales. Sabemos que la dinámica de la estructura urbana cambia según las necesidades de la sociedad. Estas modificaciones se identifican en la intensificación de la ocupación urbana, en las edificaciones y características físicas del territorio. La reproducción del espacio nos hace reflexionar y analizar la conexión entre la producción del espacio urbano y su financiarización. A partir de los cambios recientes en el espacio urbano construido en Juiz de Fora, podemos identificar cambios relevantes en las formas actuales de gestión en la conducción de las políticas públicas urbanas en el municipio. Inserta en un contexto global basado en el proceso de financiarización, la producción del espacio urbano comenzó a incorporar nuevos agentes y grupos orientados a la valorización del capital a través de inversiones.

Palabras clave: Financiarización. Espacio urbano. Obras públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo não tem como objetivo discutir o conceito de financeirização, mas sim demonstrar o avanço das políticas de financiamento do espaço urbano de Juiz de Fora, criando assim, novas dinâmicas espaciais. Sabemos que a dinâmica da estrutura urbana muda de acordo com as necessidades da sociedade e de diversos fatores. Essas modificações são identificadas na intensificação da ocupação urbana, nas edificações e características físicas do território.

A reprodução do espaço nos faz refletir e analisar a conexão da relação entre a produção do espaço urbano e sua financeirização. Consideraremos Ribeiro e Diniz (2023) que descreve que a financeirização:

...deve ser compreendida como o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. Quer dizer, como um processo geral de transformação do capitalismo que se torna estrutural, cria novas formas institucionais, marca as estratégias de todos os agentes privados relevantes, altera a operação das finanças e dos gastos públicos e, de alguma maneira, diferencia-se dos modos de manifestação do capital enquanto expressão do valor-trabalho. (RIBEIRO; DINIZ, 2023 p.353).

Com o advento da globalização o processo de urbanização da América Latina foi incentivado e financiado pelo capital dos países ricos. Ele foi o responsável pela reordenação dos territórios nacionais, preparando-os para sua inserção na economia que se globalizava.

Estudos vem revelando que as cidades não são mais somente financiadas e produzidas “... por atores urbanos históricos, tais como proprietários, incorporadores, construtoras, Estado, bancos e, muitas vezes, habitantes (LORRAIN, 2011 apud SHIMBO; RUFNO, 2019 p.9).

Ainda de acordo com Shimbo e Rufno, (2019), uma das maiores transformações está relacionada ao aumento progressivo do papel dos investidores financeiros na elaboração de grandes projetos urbanos e nos empreendimentos imobiliários (HALBERT; ATTUYER, 2016 apud SHIMBO; RUFNO, 2019, p.9).

Por sua vez, a financeirização do espaço é uma aplicação associada ao neoliberalismo que no mais simples conceito é a transferências de serviços públicos ao setor privado com redução dos encargos e redução de barreiras ao comércio internacional. Com isto, tem-se a abertura da economia ao capital estrangeiro com ênfase na globalização. Como resultado, novas reestruturações são necessárias para a inserção na economia globalizada que se faz em sua maioria de maneira privada, uma vez que, dentro do neoliberalismo, o Estado se reduz a um regulador meramente teórico de um mercado livre e “bárbaro”.

Assim sendo, seguiu-se, no decorrer da globalização a estruturação socioespacial dos países latino-americanos e vimos então, o desmonte de quase todo o aparato produtivo estatal dos países latino-americanos com privatizações em áreas de vital interesse estratégico para o capital estrangeiro: a produção de matérias-primas e de base. Neste cenário, vimos o

Brasil abrir seu território ao capital global e a financeirização. Por sua vez, o capital global se interessa por aqueles espaços e pela parte da sociedade que melhor renderá.

No Brasil, foram as grandes metrópoles que se encontravam preparadas para receber os investimentos. Estas já possuíam, mesmo que de maneira instável e concentrada em áreas específicas no espaço urbano, condições básicas para a instalação materializada dos capitais globalizados. Após as grandes metrópoles, o capital seguiu para as grandes e médias cidades do país.

É nesse contexto do capital global e da financeirização, referente à produção capitalista do espaço urbano, que se insere a atual gestão do município de Juiz de Fora. Podemos afirmar que a cidade está vivenciando uma nova forma de dinâmica espacial urbana frente ao arranjo financeiro.

A FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora é um município brasileiro do interior do estado de Minas Gerais, pertencente à mesorregião da Zona da Mata e microrregião de Juiz de Fora. Cidade de evidência na Zona da Mata Mineira, de fácil acesso através de rodovias e ferrovias, o município localiza-se próximo a grandes metrópoles: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sendo a última a capital do Estado de Minas Gerais.

O município tem sido foco de atração de grandes empreendimentos da construção civil, de instituições de ensino superior, de eventos culturais e artísticos, de investimentos em geral, ocasionando um crescimento econômico em diversos setores, principalmente de serviços, educação e do imobiliário.



Figura 1. Localização de Juiz de Fora na Região Sudeste.

Como capital regional (IBGE), Juiz de Fora exerce uma influência marcante sobre sua circunvizinhança. Isso se percebe na importância que o saldo migratório tem no crescimento demográfico da cidade, já historicamente registrado.

De acordo com o resultado do censo, Juiz de Fora atualmente tem 540.756 habitantes (IBGE, 2023), correspondendo a um crescimento populacional de 4,75% em comparação ao censo de 2010. Sua população corresponde a 78,42 % do total de sua microrregião e, sua área é de 1.433,87 Km², o que corresponde aproximadamente cerca de 16% da área total da microrregião. Seu território está dividido em 8 distritos: o Distrito-Sede, com área de 750,30 Km²; o Distrito de Torreões, com 147,72 Km²; o Distrito Humaitá de Minas com 109,62 Km²; Distrito Monte Verde de Minas, com 87,517 Km², Distrito de Rosário de Minas, com 113,21 Km², Distrito Penido com 55,22Km², Distrito de Valadares com 67,14 Km², Distrito Caetés de Minas com 30,25 Km² e o Distrito de Sarandira, que ocupa uma área de 75,10 Km².

Nos últimos anos Juiz de Fora tem vivenciado grandes investimentos por grandes corporações no setor imobiliário que ampliam cada vez mais seus lucros. Os investimentos destas corporações, alterou consideravelmente a configuração urbana de algumas Regiões de Planejamento – RP² do Distrito Sede. Em consequência deste fato, as gestões têm que acompanhar as novas mudanças no território do município, seja na dotação de infraestrutura básica, na mobilidade, na lei de parcelamento do solo, dentre outras.

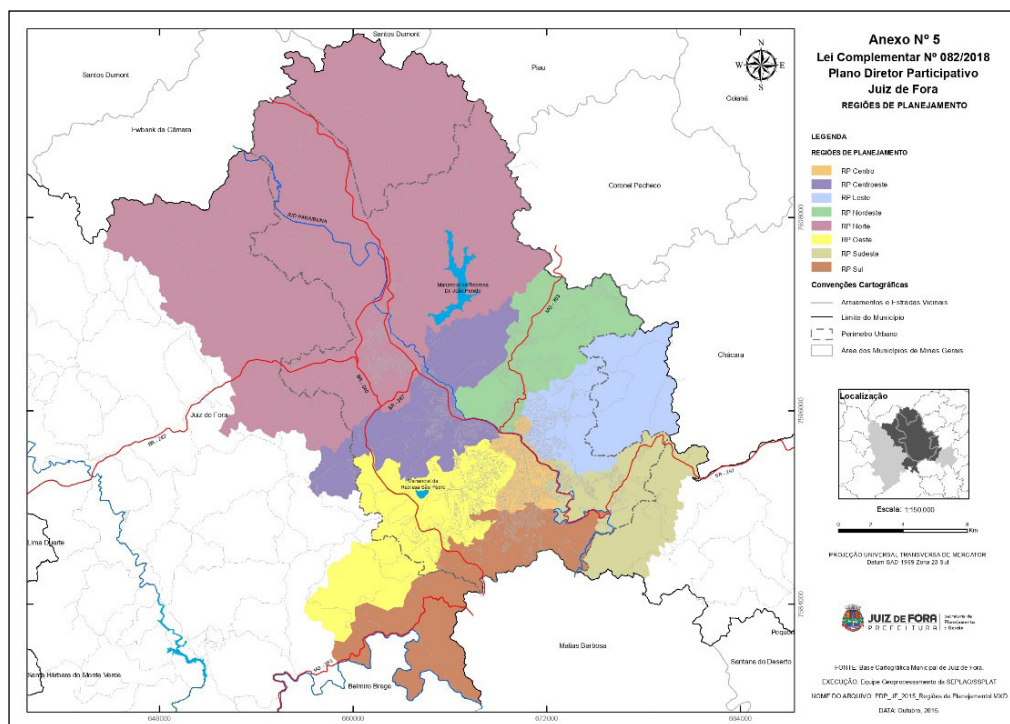


Figura 2. Regiões de Planejamento - RPs.

Na conjuntura de financeirização e do avanço de políticas e instrumentos neoliberais, observa-se em Juiz de Fora um intenso processo de busca de capital para financiar as grandes obras que se tornam necessárias ao desenvolvimento urbano do Distrito Sede.

Com o processo de construção da infraestrutura, de bens público, mobilidade, saúde, educação etc., verifica-se a busca de diversas fontes de recursos que são utilizadas nas etapas de construção civil, mais precisamente em obras. Assim sendo, diversos agentes atuam conjuntamente, como: União, Estado, empreiteiras, empresas de tecnologia, trabalhadores, entre outros. Todos os agentes estão envolvidos e inseridos no modo de produção capitalista do espaço urbano de Juiz de Fora.

Para a realização das obras públicas a Prefeitura formalizou empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao FINISA, que é o financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento voltado ao Setor Público, do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento (CAF), que é uma instituição financeira multilateral cuja missão é apoiar o desenvolvimento sustentável, além de impulsionar a integração regional na América Latina, através do financiamento de projetos dos setores público e privado.

No caso de Juiz de Fora, o financiamento do CAF está direcionado para o setor público em obras para o controle de inundações, requalificação urbana e soluções baseadas na natureza, no âmbito do Município.

Em conformidade com a Prefeitura o recurso do Finisa está sendo aplicado de maneira parcelada, isto é, 50% do recurso total recebido, foi aplicado no ano de 2022 e o restante está sendo utilizado em 2023. Sendo que dos recursos anuais, 50% serão voltados e empregados em obras de pavimentação e drenagem.

Ainda de acordo com a Prefeitura foram elencadas 31 ações em todo o território do município de Juiz de Fora. Os recursos também compreenderão ações no âmbito social, mobilidade urbana, meio ambiente, tecnologia da informação, esporte e lazer e segurança alimentar. Para isto a Prefeitura desenvolveu projetos de acordo com as 14 Unidades Gestoras - UGs participantes das ações.

Além destes recursos, destacamos também o convênio firmado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a parceria entre o município e Malha Regional Sudeste – MRS³, na construção de viadutos transpondo a linha férrea que corta a área urbana do município.

Salientamos aqui, que o convênio com o DNIT é de 2012, convênio este, que engloba recursos para construções de novos viadutos, como também recapeamento e revitalização de grandes corredores da cidade, mais precisamente as avenidas Brasil, Juscelino Kubitschek e Garcia Rodrigues Paes, pois elas compõem o trecho urbano da Rodovia BR-267 no município.

Obras Financiadas

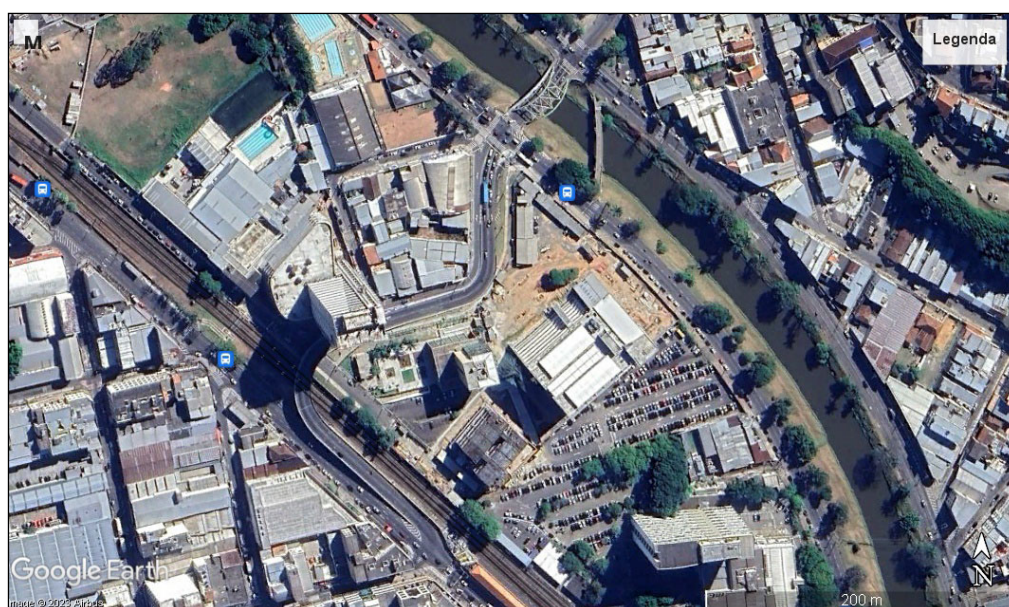
Em dezembro de 2020, após 4 anos do início das obras, o Viaduto Engenheiro Renato José Abramo foi entregue, ele liga a rua Osório de Almeida a Avenida Brasil. Esta foi uma importante obra viária do município com o intuito de melhorar a mobilidade urbana da cidade.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 3. Vista aérea do Viaduto Engenheiro Renato José Abramo.

Nove anos após ser anunciado, o viaduto da Arquiteto Hélio Fádel Araújo foi inaugurado em dezembro de 2021, ligando a avenida Francisco Bernardino a Avenida Brasil que proporcionou melhor tráfego da cidade. De acordo com a Prefeitura, esse viaduto foi fruto da parceria Prefeitura, DNIT e MRS, o contrato incluiu além das obras do viaduto o complexo urbanístico no seu entorno.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 4. Vista aérea do Viaduto Arquiteto Hélio Fádel Araújo.

Tiveram início em maio de 2023 as obras do viaduto da Rua Benjamin Constant, considerado uma das maiores intervenções viárias, por se tratar de uma via de intenso tráfego de veículos. Além de proporcionar ligação mais rápida entre a RP Leste e o Centro (núcleo urbano do Distrito Sede).



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 5. Vista aérea da rua Benjamim Constant.

De acordo com a Tribuna de Minas (2021), um jornal local, com a renovação do contrato de concessão de uso da linha férrea, União e MRS que está tramitando, a concessionária anunciou que o plano de investimento traçado prevê intervenções urbanas em Juiz de Fora, na cidade devem ser construídos mais cinco novos viadutos.

Outra obra entregue a população em Juiz de Fora, foi o restauro do Museu Mariano Procópio e a reabertura da Villa Ferreira Lage, conhecida como Castelinho. A Villa faz parte do complexo do Museu que ficou fechada por 16 anos. O Museu Mariano Procópio abriga um dos principais acervos do período Imperial brasileiro, considerado também, o segundo mais importante em acervos do Império e conta com aproximadamente 53 mil peças.

Para as obras de restauro, a Prefeitura angariou recursos do Ministério da Cultura e teve apoio do Ministério do Turismo, com intermédio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).



Fonte: C. Mendonça (2023).

Figura 6. Vista parcial da Vila Ferreira Lage.

No âmbito do financiamento e através dos recursos providos também do Finisa, a Prefeitura entregou ao município e região o ginásio poliesportivo. Ele foi inaugurado após 18 anos do início de suas obras. O ginásio é parte integrante do complexo Esportivo de Lazer e cultura.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 7. Vista aérea do ginásio poliesportivo.



Fonte: T. Chaves (2023).

Figura 8. Vista parcial interior ginásio poliesportivo.

Salientamos que as transformações e obras de infraestrutura já refletem no espaço urbano de Juiz de Fora. A financeirização do ambiente urbano associada “...ao avanço das políticas neoliberais e à conformação de novos instrumentos normativos, resulta na consolidação de arranjos inovadores para a produção de infraestruturas, com entrada de novos agentes e conformação de fluxos financeiros...” (MAGALHÃES, 2023, pg.184).

A consolidação de arranjos inovadores na produção da dinâmica urbana foi possível com o avanço das políticas neoliberais que se deu nas cidades brasileiras e de acordo com Sanfelici (2013):

O esforço por converter o ambiente construído urbano em um título financeiro, dotado de um grau mais ou menos elevado de liquidez, constitui condição *sine qua non* para que os grandes investidores institucionais possam se apropriar dessa fonte gigantesca de rendimentos. No Brasil, houve um nítido empenho por parte do Estado, nos últimos vinte anos, em aprimorar as condições jurídicas e institucionais que fortalecem os negócios com a propriedade privada do solo e as relações desses negócios com o sistema financeiro. Como resultado dessas intervenções e reformas, o capital-dinheiro pode agora circular mais livremente pelo ambiente construído urbano, se apropriando das rendas geradas pelo processo de urbanização, sem jamais se desfazer por completo de sua figura de capital-dinheiro... (SANFELICI, 2013 p.42)

Corroborando com Sanfelici (2013), está ocorrendo em Juiz de Fora um nítido empenho por parte da gestão em angariar recursos para as obras públicas. Sejam elas de infraestrutura, saneamento, equipamentos públicos, educação lazer e cultura como já abordado. Como demonstrado, os recursos provêm de diferentes fontes e agentes, a capitalização destes recursos, tornaram-se um dos objetivos principais de grande parte dos projetos urbanos que acontecem no município, com a predominância da financeirização para o setor de infraestruturas.

Em consonância com Caneteri (2023) que analisa a financeirização e aborda que:

...a cidade, que passa a ser regida pela ordem neoliberal, tende a operar sobretudo orientada para o mercado – ou seja, as decisões de seus governantes acerca do que se fazer em determinados territórios, os tipos de políticas públicas e os investimentos passam a seguir a lógica que opera no âmbito privado, otimizando custos e benefícios em busca do lucro. Nesse processo, o solo urbano se torna uma mercadoria da cidade-empresa, agenciado pelo seu planejamento e por políticas públicas e, recentemente, com desdobramentos na direção de uma financeirização da produção do espaço urbano (MAGALHÃES, 2015, apud CANETERI, 2023 p.183).

Na conjuntura do neoliberalismo, podemos dizer que a cidade de Juiz de Fora está sendo regida por uma lógica e ordem de financeirização. Estamos experimentando a adoção de uma política urbana com ênfase na nova dinâmica espacial contemporânea. De acordo com Canetri (2023), inspirada “...em conceitos e técnicas do planejamento empresarial, como é o caso do planejamento estratégico... (CANETRI, 2023 p. 183).

Ainda em conformidade com a análise de Canetri (2023) ao escrever que segundo Vainer (2000) o planejamento:

...tornou-se um imperativo para os governos das cidades, pois hoje o urbano está submetido às mesmas condições e desafios que as empresas. De acordo com o autor, o nexos central do urbano é a competitividade, uma vez que se tornou uma mercadoria. O “vender o urbano” tem se revelado a mais primordial função dos governos, pois é “insumo valorizado pelo capital” (VAINER, 2000, p. 79 apud CANETRI, 2023 p.183).

Sendo assim, na produção do espaço temos a promoção do marketing urbano, o qual vende a cidade e está embutido de determinados atributos com interesse nos regimes de valorização.

De acordo com Daminani (2011, p.43), “na produção do espaço, tem-se a possibilidade de decifrar a relação estreita entre o político e o econômico, determinando a direção, o perfil e o projeto envolvendo os recursos disponíveis.”

Aqui sublinhamos atenção para as novas habilidades demandadas do poder público em intermediar as expectativas dos investidores e aplicá-las às necessidades de Juiz de Fora. De acordo com Magalhães (2023, p.123) sabemos que “isso requer uma grande capacidade de controle e articulação política, para coordenar as várias expectativas envolvidas, não só dos capitais imobiliários, fundiários, como também do capital financeiro”.

CONSIDERAÇÕES

De acordo com Caneteri (2023) “A produção capitalista do espaço está vinculada diretamente a uma racionalidade prática do neoliberalismo como uma “nova razão do mundo...” (DARDOT; LAVAL, 2016 apud CANETERI, 2023 p.178)”.

Como vimos, o município de Juiz de Fora, vem recebendo grandes investimentos de infraestrutura e diante disso, uma nova reestruturação urbana. Diante do exposto é preciso reconhecer o desenvolvimento urbano por meio da financeirização do seu espaço.

Juiz de Fora está vivenciando, de forma direta, os efeitos das transformações da dinâmica do processo econômico em seu planejamento urbano. O processo de financeirização e de mercantilização que a cidade perpassa, demanda de maiores estudos e análises. Porque, ainda estamos no processo de angariar mais recursos e aguardando a liberação de alguns que já foram tramitados. Como todos os recursos vieram a partir de uma operação de financiamento, conseqüentemente virá ao longo do tempo o pagamento dos empréstimos

Podemos assim, dizer que, Juiz de Fora iniciou diversas transformações e tornou-se um grande “mercado aberto”, firmando-se ainda mais como capital regional, o que vem ocasionando concorrência por parte das empresas da construção civil e de empreendimentos imobiliários.

Damiani (2011, p.43) nos fala que “o Estado prepara o terreno, para numerosos investimentos urbanos, consolidando as legislações de uso; indicando projetos de urbanização...”. Contudo não é somente o Estado que prepara o terreno. Com o poder das administrações municipais, elas também oferecem facilidades de acordo com seus interesses.

Analisando a fala de Damiani, fica elucidado que a Prefeitura de Juiz de Fora na lógica de desenvolvimento urbano do município, vem utilizando e buscando no financiamento as soluções necessárias de infraestrutura urbana.

Ainda segundo Damiani (2011, p.44), “atualmente, nos grandes centros, fala-se do significado das grandes operações urbanas, redefinindo centralidade na direção dos investimentos, a partir de legislação pertinente e investimentos programados”.

Em Juiz de Fora, como podemos verificar, os investimentos têm a direção certa, mas, às vezes, “o público e o privado, ao mesmo tempo, se contrapõem e se condicionam simultânea e mutuamente”. (DAMIANI, 2011, p.42). A busca do desenvolvimento promovida pela financeirização através de planos e projetos com certeza possibilita a geração de riquezas e o desenvolvimento do município.

NOTAS

2 Para fins da gestão da política de desenvolvimento urbano e territorial, visando a integração das políticas de planejamento do uso do solo, habitação, saneamento básico e mobilidade urbana, o Distrito Sede é constituído por 8 (oito) Regiões de Planejamento (RPs), Lei Complementar 082/2018.

3 A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia foi criada em

1996, quando o governo transferiu à iniciativa privada a gestão do sistema ferroviário nacional. Nossa malha conecta regiões produtoras de commodities minerais e agrícolas e alguns dos principais parques industriais do país aos maiores portos da região Sudeste, o que confere à nossa operação uma importância econômica diferenciada.

REFERÊNCIAS

- CANETTI, T. Dívida, território e a nova forma de financiamento do desenvolvimento urbano por meio do mercado financeiro: o caso da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte, Brasil. In: **Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos** [recurso eletrônico] / organização Beatriz Rufino, Isadora Borges, Vinicius Nakama. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2023.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAVES, T.S. **JUIZ DE FORA–MG: uma análise da reestruturação urbana – entre o discurso e a realidade**. 2013, 155 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro–UERJ, Rio de Janeiro, 2013.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2005.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. Ed. São Paulo: Ática S.A, 1995.
- DAMIANI, A.L. A geografia e a produção do espaço da metrópole entre o público e o privado. In: CARLOS, A.F.A.; CARREIRA, C. (Org.) **A Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. 2 ed São Paulo: Contexto, 2011.
- MAGALHÃES, A.L.de C. Financiamento das infraestruturas no capitalismo patrimonial: a emergência de processos de capitalização no metrô de São Paulo. In: **Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos** [recurso eletrônico] / organização Beatriz Rufino, Isadora Borges, Vinicius Nakama. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2023.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PREFEITURA JUIZ DE FORA. Disponível em: < <https://www.pjf.mg.gov.br/> > Julho de 2023.
- RIBEIRO, L.C.de Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. In: **Cadernos Metrôpole** v. 19, n. 39, pp. 339-690 maio/ago 2017.
- REIS, C.dos; SOUZA, L.H.da S.; TESTA, J.A. Sob os Escombros: Financeirização do Espaço e da Vida Urbana em Porto Alegre. **Polis e Psique**, Número especial: Corpos, Cidades, Hospitalidades, 2021, 160-176
- SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma

contribuição ao debate. **Revista EURE** vol.39 no.118, Santiago set. 2013

SHIMBO, L.; RUFINO, B. (Org) **Financeirização e estudos urbanos na América Latina**. Rio de Janeiro. Editora Letra Capital, 2019.

TRIBUNA DE MINAS. **Plano de investimentos da MRS prevê cinco novos viadutos para Juiz de Fora**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-12-2021/plano-de-investimentos-da-mrs-preve-cinco-novos-viadutos-para-juiz-de-fora.html#goog_rewarded> Acesso em: Julho de 2023.